



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680378 - CE (2021/0220340-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : GUILHERME JANDERSON MARTINS MADEIRA
ADVOGADO : GUILHERME JANDERSON MARTINS MADEIRA - CE035029
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : ROMEU DE SOUSA LIRA (PRESO)
CORRÉU : MARCOS PERES MENDES
CORRÉU : MARCELA MARTINS ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROMEU DE SOUSA LIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Apelação Criminal n. 0003886-45.2016.8.06.0085).

O paciente foi condenado pelo juízo de primeiro grau às penas de 7 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 750 dias-multa pela suposta prática dos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo derivado da demora no julgamento da apelação criminal interposta em 19/5/2021 perante o Tribunal de origem e por ausência de reavaliação periódica da necessidade da custódia cautelar, conforme determina o art. 316 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar e, ainda, determinada a inclusão da apelação criminal interposta perante o Tribunal de origem em pauta de julgamento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente